



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

CONVITE

Consulta Prévia

Proc. CPrevia_SCCMS_IPP/2025_Ret

“Prestação de Serviços de Consultoria e Corretagem/Mediação de Seguros para o IPP”

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

PRAÇA DO MUNICÍPIO, N.º 11

7300-110 Portalegre

Telefone nº 245301500

Telefax nº245330353

email: geral@ipportalegre.pt

janeiro – 2025

Cláusula 1.ª

Identificação do procedimento

1 -O presente procedimento tem por objeto a **“Prestação de Serviços de Consultoria e Corretagem/Mediação de Seguros para o IPP”**, cujas características e especificações técnicas se definem no caderno de encargos.

2 - O objeto do procedimento insere-se na categoria **66518100-5** – Serviços de corretagem em matéria de seguros, de acordo com o disposto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao vocabulário comum para concursos públicos, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74/2 de 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª

Fundamentação da escolha do procedimento

O presente procedimento reveste a forma de consulta prévia, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º, em concreto, o critério do valor do contrato, assente na existência de um benefício económico para o adjudicatário, em conformidade com os nºs 1 e 2 do artigo 17º do CCP, conjugado com o n.º 1 do art.º 112.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por “CCP”), republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, e será integralmente disponibilizado às entidades convidadas, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>

Cláusula 3.ª

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é o Instituto Politécnico de Portalegre, abreviadamente designado por IPP sito na Praça do Município n.º 11, 7300-110 Portalegre, número de identificação fiscal 600028348, com o número de telefone (+351) 245 301 500 e número de fax (+351) 245 330 353 e com o endereço de correio eletrónico geral@ipportalegre.pt

Cláusula 4.ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, nos termos do art.º 36.º do CCP, foi tomada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, no exercício de competências subdelegadas por Sua Exa. o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, através do Despacho n.º 5845/2024 de 16 de maio, publicado no D.R., 2.ª Série, n.º 100, de 23 de maio de 2024.

Cláusula 5.ª

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1 - No primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, ao Presidente do Júri do Procedimento, os esclarecimentos necessários á boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, com o endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> através da ferramenta de Gestão de Mensagens.

2 - No mesmo prazo devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, por escrito através da

plataforma referida no número anterior.

3 - Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devem ser prestados pelo Júri do Procedimento os esclarecimentos solicitados, podendo, no mesmo prazo, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, nos termos do artigo 50.º do CCP.

4 - Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência, conforme o disposto no n.º 9, do artigo 50.º do CCP.

Cláusula 6.ª

Requisitos necessários à admissão dos concorrentes

1 - Não podem apresentar-se ao concurso os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

2 - Não podem ser convidadas a apresentar proposta entidades especialmente relacionadas com as entidades referidas nos n.ºs 2 e 5 do artigo 113.º do CCP, considerando-se como tais, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, nos termos do n.º 6 do referido artigo.

3 - A participação de concorrente que se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55.º ou no n.º 6 do artigo 113.º do CCP no momento da apresentação da respetiva proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato, constitui contraordenação muito grave, punível com pena de coima, nos termos do artigo 456.º do mesmo diploma.

Cláusula 7.ª

Documentos da proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

1 – Declarações do concorrente:

1.1 - De aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente convite.

1.2 – Declaração do concorrente, elaborada nos moldes do **Anexo III** ao presente convite, de que não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e constante no anexo do Despacho n.º 6472/2015 de 11 de junho.

1.3 - Estas declarações devem ser assinadas, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações referidas devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros

ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

2 - Documento que descreva a conceção da organização dos serviços a prestar e a metodologia para a sua execução, incluindo a descrição das ações a desenvolver.

3 - Documento que detalhe a composição da equipa a afetar à execução, contendo a identificação de cada um dos seus elementos, acompanhada da respetiva síntese curricular, bem como das funções/responsabilidades atribuídas a cada um desses elementos.

Cláusula 8.ª

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do art.º 58.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Preço base do procedimento e valor do contrato

1. Pela prestação dos serviços, objeto do presente procedimento, o adjudicatário será, nos termos da alínea c) do artigo 23.º do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros, remunerado diretamente pela(s) empresa(s) de seguros, não havendo lugar a qualquer pagamento por parte do Instituto Politécnico de Portalegre, e sendo, em consequência, o preço base de 0;00€ (zero euros).

2. A remuneração do prestador de serviços não constituirá, em caso algum, encargo da entidade adjudicante.

3. Todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos a transportes, deslocações e outros recursos técnicos ou humanos, consideram-se abrangidos pela remuneração indicada no ponto 1 da presente cláusula.

4. Fica estabelecido no presente procedimento que o adjudicatário não pode cobrar às companhias de seguro, a título de comissão, decorrente do presente contrato, mais do que 74.000,00€ (setenta e quatro mil euros), sendo esse o valor do contrato a celebrar, uma vez que corresponde ao valor máximo que o adjudicatário poderá obter com a execução de todas as prestações que possam vir a constituir o objeto do contrato a celebrar, nos termos do n.º 1 do art.º 17.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Modo e prazo para apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados no prazo de **6 (seis) dias**, a partir da data de publicação na plataforma eletrónica com o endereço <http://www.acingov.pt>.

Cláusula 11.ª

Critério de adjudicação

1 - Nos termos da alínea a), do nº 1, do Artigo 74º do CCP, o critério de adjudicação para efeito de ordenação das propostas, é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada na modalidade multifator, densificado pelo conjunto dos seguintes fatores e respetiva ponderação:

I. Conceção da organização das prestações, metodologia de execução e adequação dos recursos humanos – **60%**

II. Experiência da Equipa a afetar à execução do contrato na prestação de serviços a entidades da Administração Pública – **40%**

2 - Sendo a classificação final (CF) a que resultar da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (0,60 * I.) + (0,40 * II.)$$

3 - Cada um dos fatores será avaliado de acordo com a seguinte metodologia e escala de pontuação:

I- **Conceção da organização das prestações, metodologia de execução e adequação dos recursos humanos:**

<i>Proposta</i>	<i>Pontuação</i>
A conceção da organização das prestações a executar revela-se muito adequada e articulada com os métodos que preconiza para a sua execução (inclui a caracterização, o funcionamento e interligação das várias vertentes de forma muito minuciosa) e a estrutura de recursos humanos é muito adequada à organização proposta, pertence aos quadros de pessoal da entidade, garantindo segregação de funções na execução das várias vertentes das prestações a executar.	20
A conceção da organização das prestações a executar revela-se adequada e articulada com os métodos que preconiza para a sua execução (inclui a caracterização, o funcionamento e interligação das várias vertentes de forma minuciosa) e a estrutura de recursos humanos é muito adequada à organização proposta, pertence na maioria aos quadros de pessoal da entidade, garantindo segregação de funções na execução das várias vertentes das prestações a executar.	15
A conceção da organização das prestações a executar revela-se adequada e articulada com os métodos que preconiza para a sua execução (inclui a caracterização, o funcionamento e interligação das várias vertentes de forma suficientemente especificada) e a estrutura de recursos humanos é adequada à organização proposta, não pertence na maioria aos quadros de pessoal da entidade, mas garante apenas parcialmente a segregação de funções na execução das várias vertentes das prestações a executar.	10
A conceção da organização das prestações a executar revela-se adequada e articulada com os métodos que preconiza para a sua execução (inclui a caracterização, o funcionamento e interligação das várias vertentes de forma genérica) e a estrutura de recursos humanos é satisfatória na organização proposta, não pertence aos quadros de pessoal da entidade, mas não garante segregação de funções na execução das várias vertentes das prestações a executar	5
A conceção da organização das prestações a executar revela-se pouco adequada e desarticulada com os métodos que preconiza para a sua execução (a caracterização, o funcionamento e interligação das várias vertentes apresentam-se de forma superficial) e a estrutura de recursos humanos é desadequada à organização proposta, não pertence aos quadros de pessoal da entidade, não garantindo segregação de funções na execução das várias vertentes das prestações a executar	1

II- **Experiência da Equipa a afetar à execução do contrato, na prestação de serviços a entidades da Administração Pública**

<i>Proposta</i>	<i>Pontuação</i>
-----------------	------------------

A Equipa a afetar ao serviço (mínimo 2 pessoas e máximo de 4 pessoas) demonstra experiência comprovada em trabalhar na área dos seguros diretamente relacionada com a administração pública, em média, há mais de 10 anos	20
A Equipa a afetar ao serviço (mínimo 2 pessoas e máximo de 4 pessoas) demonstra experiência comprovada em trabalhar na área dos seguros diretamente relacionada com a administração pública, em média, há mais de 8 anos	15
A Equipa a afetar ao serviço (mínimo 2 pessoas e máximo de 4 pessoas) demonstra experiência comprovada em trabalhar na área dos seguros diretamente relacionada com a administração pública, em média há mais de 5 anos	10
A Equipa a afetar ao serviço (mínimo 2 pessoas e máximo de 4 pessoas) demonstra experiência comprovada em trabalhar na área dos seguros diretamente relacionada com a administração pública, em média, há mais de 2 anos	5
A Equipa a afetar ao serviço (mínimo de 2 pessoas e máximo de 4 pessoas) não demonstra experiência comprovada em trabalhar na área dos seguros diretamente relacionada com a administração pública.	1

4-Em situações devidamente fundamentadas, na avaliação dos fatores I e II, poderão ser atribuídas pontuações intermédias, nos intervalos das escalas de pontuação previstas.

Cláusula 12.ª

Desempate

1. Caso se verifique empate da pontuação das propostas, o desempate será feito utilizando os seguintes critérios:
 - a) maior número de anos de experiência da equipa na gestão corrente de carteiras de seguros em entidades públicas;
 - b) Realização de sorteio:
 - O sorteio será realizado, em data e hora a definir, na sede da entidade adjudicante;
 - Os concorrentes serão notificados da data e hora da realização sorteio, com a antecedência mínima de três dias úteis;
 - O sorteio é realizado presencialmente, nele participando os membros efetivos do Júri do Procedimento e os concorrentes (ou um representante dos mesmos), os quais deverão apresentar os seus documentos de identificação e respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação;
 - Serão colocados em “urna” transparente, em envelopes fechados, os nomes das entidades empatadas e presentes no sorteio;
 - Serão retirados os envelopes, os quais serão abertos, identificando o nome das entidades, numerando-as e ordenando-as por ordem de extração;
 - A não comparência dos concorrentes (ou dos representantes dos mesmos), constitui motivo de exclusão.
 - Do sorteio será lavrada ata, assinada pelos membros do Júri do Procedimento e concorrentes presentes ou pelos seus representantes.
2. Os critérios de desempate foram elencados por ordem de aplicação. Verificando-se o desempate não serão aplicados os restantes critérios.

Cláusula 13.ª

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 14.ª

Negociação das propostas

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 15.ª

Prazo para manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contado da data do termo do prazo fixado para apresentação dessas propostas.

Cláusula 16.ª

Adjudicações por lotes

Não aplicável.

Artigo 17.ª

Caução

A caução não é exigida ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 18.ª

Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

Para celebração do contrato o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1 - Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do CCP.

2 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das

peessoas com poderes para obrigar a sociedade.

3- Certidão Permanente com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para consulta online.

4-Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP;

5-Documento que comprove que o concorrente subscreveu seguro de responsabilidade civil profissional e o mesmo se encontra válido;

6-Documento comprovativo da titularidade de habilitação legal para o exercício da atividade de distribuição de seguros de Seguros em Portugal, com a categoria de corretor ou mediador de seguros de forma independente face às empresas de seguros;

7-Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do no n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

8-Quando pela sua natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, considera-se suficiente a sua apresentação sem necessidade de tradução, de acordo com o previsto na parte final da alínea c) do n.º 1 do art.º 86.º do CCP, na sua redação atual.

9-O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do convite do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe o prazo para o efeito.

Cláusula 19.ª

Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação

1 - O prazo para entrega dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação da decisão de adjudicação.

2 – A não apresentação de algum dos documentos de habilitação, implica a caducidade da adjudicação, conforme previsto no art.º 86.º do CCP.

3 - Sendo declarada a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante adjudicará a proposta que tenha sido ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 20.ª

Prazo para supressão de irregularidades

O prazo para a supressão de irregularidades é de 2 (dois) dias úteis após a data de notificação da entidade adjudicante, conforme o disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 115.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão do concorrente em causa e dos atos subsequentes.

Cláusula 22.ª

Prevalência

Em caso de divergência entre documentos do procedimento a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados no n.º 2 do art.º 96.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão do concorrente em causa e dos atos subsequentes.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

A todas as situações que não estejam previstas, aplica-se o regime constante do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

Cláusula 25.ª

Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 26.ª

Ética e Responsabilidade Social

O adjudicatário compromete-se a respeitar os Princípios de Qualidade e de Responsabilidade Social da Entidade Adjudicante, bem como o seu Código de Ética, disponíveis em <https://www.ipportalegre.pt/pt/sobre-nos/qualidade/sistema-de-gestao-da-responsabilidade-social/>

Instituto Politécnico de Portalegre, 28 de janeiro de 2025

P´ Presidente,

ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP)

1 - (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de (1).....(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de/designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas,

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (17)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(5) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração

(a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro, e constante no anexo do Despacho n.º 6472/2015 de 11 de junho)

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1)... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º

2 - O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.os 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... [local],... [data],... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».